



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE CABINDA

COMISSÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO

Relatório de Auto-Avaliação do Curso de Ensino de Matemática

ISCED-Cabinda

Julho de 2023



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE CABINDA

COMISSÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO

Relatório de Auto-Avaliação do Curso de Ensino de Matemática

ISCED-Cabinda

Membros da Comissão de Auto-Avaliação:

Prof. Doutor João Baptista Gime Luís

Prof. Doutor Domingos Sebastião L. Sambo

Mestre José Lemos Sambo

Mestre Fidel Manuel Paxe Caquenda

Mestre Adelaide Cambinja Leopoldo

Mestre José Lemos Sambo

Mestre Cipriano Antonieta Cazo

Sr^a. Albertina Cadi Brás Sachimbamba

Reginaldo Simba Luís

Julho de 2023

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Metodologia utilizada	6
3. Resultados da auto-avaliação	7
3.1. Análise SWOT	10
4. Plano de melhorias.....	15
5. Conclusões e Recomendações	19
Referências Bibliográficas	20
Apêndices	21

Introdução

O Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda ISCED-Cabinda fundado desde 1998 passou a ser, por Decreto Presidencial n.º. 30/22 de 28 de Janeiro, uma Instituição autónoma nos termos da alínea *c* do artigo 17.º. do Decreto Presidencial n.º. 285/20, de 29 de Outubro, que aprova a Reorganização da Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior.

Conforme o seu Estatuto Orgânico, capítulo I, é uma pessoa colectiva de direito público com a natureza de Instituto Público e como estabelecimento público, vocacionado para a formação de quadros a nível superior para diversos ramos do saber, da investigação e da prestação de serviços à comunidade, dotado de personalidade jurídica e goza de autonomização científica, pedagógica, cultural, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira, nos termos da lei. Neste sentido, o ISCED-Cabinda, art.º. 2.º.do Estatuto Orgânico, tem por missão o desenvolvimento de actividades de formação académica e profissional de alto nível, da investigação científica e da extensão universitária na Área de Ciências da Educação.

Especificamente, art.º. 2.º. do Estatuto Orgânico, o ISCED-Cabinda é uma instituição de Ensino Superior de âmbito provincial, Cabinda¹.

Considerando a plétora da legislação referente às Instituições de Ensino Superior, compreende-se que a missão matricial da Universidade, do ISCED-Cabinda em particular, é produzir e difundir o conhecimento. Aliás, o Ensino Superior está para formar a fina-flor da sociedade e é responsável pela e para a transformação social em todas as dimensões da vida. A natureza e a razão por que o ISCED existe é pela ciência, pelo ensino e pela educação. Esta é a sua função matricial, produzir e difundir o conhecimento.

A função da Ciência é melhorar a condição humana². E se a natureza do ISCED é primacialmente pedagógica, deverá, pois investir num prisma que incide em duas dimensões. A primeira tem a ver com os grupos de interesse, que por sua vez são dois: os profissionais que devem promover a ciência, os docentes e discentes. A segunda dimensão tem que ver com os alvos do conhecimento científico que, segundo o objecto e a natureza própria do ISCED, formação de professores, são as instituições do ensino geral,

¹ Veja-se Apêndice: as atribuições do ISCED-Cabinda, art.º.5 do seu Estatuto Orgânico.

²Veja-se Ludwig WITTGENSTEIN, *Cultura e Valor*, Lisboa, Edições 70, 1999, p. 95.

estimulando uma literacia (científica), produto da sua elaboração, ensino e aprendizagem, enquanto matéria de consumo e desenvolvimento social das crianças, dos jovens e dos adultos³.

Quer-se referir, doutro modo, que dos objectivos e benefícios da produção do ISCED — a cultura da ciência— deve espelhar-se e entrecruzar-se nas dinâmicas sociais e individuais. Isto é, socialmente, na economia nacional, no próprio desenvolvimento da ciência, nas políticas de ciências e nas práticas democráticas. Ao nível individual, manifestam-se na capacidade de tomadas de decisão no âmbito dos estilos de vida, na empregabilidade, nos aspectos intelectual e estético, e na ética⁴.

Nesta ordem de ideias, o ISCED-Cabinda, no âmbito do processo de Auto-Avaliação das Instituições do Ensino Superior (IES) requerido nos termos do Decreto Presidencial n.º 203/2018, de 30 de Agosto, que aprova o Regime Jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade nas IES, alinhou-se aos propósitos do processo de Avaliação e Acreditação da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior que decorre em todo o país, no sentido único de melhorar a prestação dos serviços dos cursos por si ministrados, cumprindo com o seu objecto, objectivos e impacto social.

Convocada a comunidade académica, a Comissão de Auto-Avaliação, ISCED-Cabinda, 2023, apresenta neste documento as estratégias que se serviu para auscultar, diagnosticar e balancear o funcionamento desta IES no que respeita ao Curso de Ensino de Matemática — *metodologia, resultados, plano de melhoria, recomendações e conclusões*.

O instrutivo para o efeito foram as dimensões e indicadores definidos pelo Decreto Presidencial n.º 203/18, de 30 de Agosto, Regime Jurídico de Auto-Avaliação, qualidade das Instituições de Ensino Superior (RJAA-QIES).

As dimensões são quatro, a saber: Ensino, Investigação, Extensão universitária e Administração e gestão organizacional. Os indicadores, onze, têm a ver com: 1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; 2. Gestão; 3. Currículos; 4. Corpo docente; 5. Corpo discente; 6. Pessoal Técnico e Administrativo; 7. Investigação; 8. Extensão; 9. Intercâmbio; 10. Infra-estruturas e 11. Cumprimento da legislação em vigor.

³Cf. Graça S. CARVALHO, «Literacia científica: conceitos e dimensões» in Azevedo, F. e Sardinha, M.G., *Modelos e práticas em literacia*. Lisboa: Lidel, 2009, pp. 179-194.

⁴ *Ibid.*

2. Metodologia

A metodologia de trabalho consistiu na combinação de um inquérito por questionário, distribuído à comunidade académica, atendendo a especificidade de cada curso contemplando, de igual modo, o pessoal não docente.

A par do questionário acima enunciado, o estudo serviu-se metodologicamente, também, da observação directa estruturada, consulta de arquivos, análise de documentos e análise estatística (quantitativa e qualitativa).

Afora à legislação e os pressupostos da avaliação externa, amplamente atendidas, investiu-se na técnica da entrevista enquanto auscultação da comunidade académica segundo sublinharam Lakatos e Marconi. A técnica da entrevista, aqui, no conjunto da recolha de dados afigurou-se importante, pois permitiu a observação de informações que não se encontraram nas fontes documentais, mas que foram relevantes e significativas para a pesquisa, nos termos de evidências⁵.

A comunidade académica do ISCED-Cabinda afecta ao Curso de Ensino de Matemática, do ano académico 2023, é a população alvo do estudo. É constituída por 245 indivíduos, sendo 16 docentes e 229 Discentes.

Sendo a comunidade académica o universo populacional da pesquisa, seleccionou-se como amostra, amostragem estratificada, 147 indivíduos que perfazem 60% dos inquiridos. Nesta óptica, constituíram a amostra 10 Docentes e 137 Discentes.

Quanto à fiabilidade, 5% (0,05), constitui a margem de erro.

3. Resultados da auto-avaliação

Os resultados de auto avaliação estão ligados a 11 indicadores: PDI, Gestão, Currículos, Corpo docente, Corpo discente, P.T.A, Investigação, Extensão, Intercâmbio, Infraestrutura e Cumprimento da Legislação em Vigor em que cada um dos indicadores foi respondido por categorias Docente e Discentes.

⁵Eva Maria LAKATOS e Marina de Andrade MARCONI, *Fundamentos de metodologia científica*, São Paulo, Atlas, 2003, p. 198.

(i). Indicador Missão e PDI

Em relação aos docentes, das 38 (100%) respostas, 12 que corresponde 31,6% diz sim que existe o PDI claramente expressa e divulgada, 20 na razão de 52,6% afirma que não existe PDI e finalmente, 6 que equivale a 15,8% diz não ser aplicado. Logo, na visão dos docentes, o PDI não existe;

Em relação aos discentes, das 1.319 (100%) respostas, 215 que corresponde 16% diz sim que existe o PDI claramente expressa e divulgada, 542 na razão de 41% afirma que não existe PDI e finalmente, 562 que equivale a 43% diz não ser aplicado. Isto nos mostra que não se aplica.

(ii). Gestão

Em relação aos docentes, das 73 (100%) respostas, 24 que corresponde 33% diz sim que existe uma boa Gestão, 49 dos quais 67% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Isto nos mostra que há inexistência de boa gestão.

Em relação aos discentes, das 3.076 (100%) respostas, 637 que corresponde 21% diz sim que existe uma boa Gestão, 924 dos quais 30% responderam que não existe, e finalmente, 1.515 que equivale a 49% diz não ser aplicado. Isto nos mostra que a gestão, não é aplicada.

(iii). Currículo

Em relação aos docentes, das 43 (100%) respostas, 24 que corresponde 56% diz sim que existe currículo com estrutura clara, 19 dos quais 44% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Os números falam por si e desta realidade tendo em conta as auscultações a maioria desconhecem sobre currículo.

Em relação aos discentes: das 1.778 (100%) respostas, 480 que corresponde 27% diz sim que existe currículo com estrutura clara, 712 dos quais 40% responderam que não existe, e finalmente, 580 que equivale a 33% diz não ser aplicado. Os números falam por si e desta realidade tendo em conta as auscultações a maioria desconhecem sobre currículo.

(iv). Corpo Docente

Em relação aos docentes, das 52 (100%) respostas, 31 que corresponde 60% diz sim que existe Docentes qualificados, 21 dos quais 40% responderam que não existe, e finalmente,

nenhum deles responderam não ser aplicado. Constata-se a existência de corpo docente qualificado.

Em relação aos discentes, aas 1.632 (100%) respostas, 379 que corresponde 23,2% diz sim que existe Docentes qualificados, 529 dos quais 32,4% responderam que não existe, e finalmente, 724 que equivale a 44,4% diz não ser qualificado. Para estes, a maioria conhecem, mas não é qualificado.

(v) Corpo discente

Em relação aos docentes, das 53 (100%) respostas, 24 que corresponde 45,3% diz sim que existe informação adequada, 29 dos quais 55% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Isto nos mostra que a maioria desconhecem sobre os direitos dos discentes.

Em relação aos discentes, das 2.610 (100%) respostas, 682 que corresponde 26% diz sim que existe informação adequada, 1.129 dos quais 43% responderam que não existe, e finalmente, 799 que equivale a 31% diz não ser aplicado. Isto nos mostra que com a realidade de auscultações a maioria desconhecem sobre os direitos dos discentes.

(vi). PTA

Em relação aos docentes, das 60 (100%) respostas, 31 que corresponde 52% diz sim que existem P.T.A é suficiente e adequado, 29 dos quais 48% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Isto nos mostra que com a realidade de auscultações a maioria conhecem sobre o P.T.A.

Em relação aos discentes, das 2.634 (100%) respostas, 505 que corresponde 19% diz sim que existem P.T.A é suficiente e adequado, 903 dos quais 34% responderam que não existe, e finalmente, 1.226 que equivale a 47% diz não ser aplicado. Isto nos mostra que com a realidade de auscultações a maioria conhecem sobre o P.T.A, mas não é aplicável.

(vii). Investigação

Em relação aos docentes, das 41 (100%) respostas, 15 que corresponde 37% diz sim existem política e linhas de investigação, 26 dos quais 63% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Isto nos mostra que a maioria desconhecem sobre a investigação.

Em relação aos discentes, Das 1.966 (100%) respostas, 260 que corresponde 13,2% diz sim existem política e linhas de investigação, 971 dos quais 49,4% responderam que não

existe, e finalmente, 735 que equivale a 37,4% diz não ser aplicado. Isto nos mostra que não existem política e linhas de investigação.

(viii). Extensão

Em relação aos docentes, das 12 (100%) respostas, nenhum dos inquiridos disseram sim que existem actividades de extensão e, 12 dos quais 100% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Constata-se que não existem actividades de extensão.

Em relação aos discentes, das 421 (100%) respostas, 41 que corresponde 10% diz sim que existem actividades de extensão, 232 dos quais 55% responderam que não existe, e finalmente, 148 que equivale a 35% diz não ser aplicado. Isto nos mostra que não existem actividades de extensão.

(ix). Intercâmbio

Em relação aos docentes, das 18 (100%) respostas, nenhum dos inquiridos disseram sim que existe, 12 dos quais 100% responderam que não existem políticas para promoção de acções, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Constata-se que não existem políticas para promoção de acções.

Em relação aos discentes, das 636 (100%) respostas, 76 que corresponde 12% diz sim que existem políticas para promoção de acções, 297 dos quais 47% responderam que não existe, e finalmente, 263 que equivale a 41% diz não ser aplicado. Isto nos mostra que não existem políticas para promoção de acções.

(x). Infraestruturas

Em relação aos docentes, das 115 (100%) respostas, 46 que corresponde 40% diz sim que existe infraestrutura adequada, 69 dos quais 60% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado.

Em relação aos discentes, das 4.846 (100%) respostas, 1.170 que corresponde 24,2% diz sim que existem infraestrutura adequada, 2.832 dos quais 58,4% responderam que não existe, e finalmente, 844 que equivale a 17,4% diz não ser aplicado. Constata-se que não existem infraestrutura adequada.

(xi). Cumprimento da Legislação em Vigor

Em relação aos docentes, das 12 (100%) respostas, 4 que corresponde 33% diz sim que existe cumprimento da legislação, 8 dos quais 67,% responderam que não existe, e finalmente, nenhum deles responderam não ser aplicado. Isto nos mostra que o cumprimento da legislação ao nível da Instituição.

Em relação aos discentes, Das 507 (100%) respostas, 69 que corresponde 14% diz sim que existe o cumprimento da legislação, 214 dos quais 42% responderam que não existe, e finalmente, 224 que equivale a 44% diz não ser aplicado. Constatase que não existem existe o cumprimento da legislação.

3.1. Análise SWOT

Indicadores	Pontos fortes (Strongthen)	Pontos fracos (Weakness)
PDI	<ul style="list-style-type: none">- Existência de legislação que obriga a sua elaboração- Existência de Anti-Projecto de PDI a ser homologado pelo Conselho Geral (CG)	<ul style="list-style-type: none">- Falta de homologação pelo C.G;- Falta de cooperação para realização do mesmo;- Falta de divulgação a comunidade académica e ao Governo.
Gestão	<ul style="list-style-type: none">- Aprovação do Estatuto Orgânico- Existência de corpo directivo por eleição democrática- Disponibilidade de apoio do Governo Provincial de Cabinda.	<ul style="list-style-type: none">- Fraca articulação entre os diferentes órgãos de gestão colegiais;- Escassez de recursos financeiros;- Falta de transparência;- Comunicação deficiente;- Ausência de meios de transporte.- Falta de condições de trabalho (computador em condições, impressora, material didáctico, softweres de matemática, material de informática, etc).

Currículos	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de legislação que obriga a sua elaboração - Existência de informatização dos serviços académicos - Existência de algumas linhas de investigação 	<ul style="list-style-type: none"> - Incumprimento do plano curricular; - Existência de greves dos professores; - Falta de valorização pelo Executivo; - Constrangimentos da Reforma curricular; - Transportação de cadeiras nos anos posteriores; - Transportação de cadeiras por feito de Reajustamento de horários; - Inexistência do regime pós-laboral; - Inexistência de estágios curriculares; - Sobrecarga de cadeiras/ docente; - Falta de cobertura total das cadeiras; - Reduzida oferta formativa em pós-graduações; - Insuficiências no plano curricular; - Falta uniformização do currículo; - Falta de bibliografia actualizada das cadeiras do curso de Matemática; - Falta abertura dos cursos de Física, Química, Geografia entre outros.
Corpo Docente	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de Estatuto da carreira - Existência de Estatuto remuneratório 	<ul style="list-style-type: none"> - Desmoralização/ Desmotivação do pessoal; - Insatisfação salarial; - Condições de trabalho precárias; - Rotatividade; - Escassez de docentes (Efectivos) especializados; - Deficit no processo de qualificação e capacitação dos mesmos; - Excesso de carga horária para a maioria dos docentes; - Falta de cursos de agregação pedagógica de curta duração; - Falta de implementação de uma metodologia adequada de modo a reduzir o excesso de reprodução dos alunos; - Falta de espírito de trabalho em equipa.

<p style="text-align: center;">Corpo Discente</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência do Regime académico - Existência de associativismo - Existência de bolsas de estudos 	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento negativo; - Relaxamento ; - Falta de interação entre discentes; - Inexistência de programas de apoio social; - Fraca componente de apoio social e económico a alunos carenciados; - Fraco aproveitamento de finalistas com graduação comprovada; - Taxa de aprovação feminina inferior à masculina; - Índice elevado de reprovação dos estudantes por várias razões (falta de interesse dos estudantes e comportamento inadequado de alguns docentes); - Excesso de transferência de estudantes do curso de matemática para os cursos de ensino primário e educação de infância; - Elevado índice de estudantes acumulados no 3º ano que repetem algumas cadeiras específicas; - Excesso de estudantes finalistas com trabalhos do fim do curso não concluídos e defendidos; - Pouco aproveitamento dos melhores estudantes para monitores; - Reduzido n.º de alunos a terminar o curso anualmente.
<p style="text-align: center;">Pessoal Técnico e Administrativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de estatuto da carreira- - Existência de estatuto remuneratório - Capacitar as distintas áreas com mais e melhores serviços 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de plano de formação e superação profissional; - Reduzido grau de qualificação dos bibliotecários e dos administrativos; - Escassez de Pessoal Técnicos Administrativos especializados; - Morosidade no atendimento dos estudantes nos serviços que lhes são solicitados.

<p style="text-align: center;">Investigadores</p>	<p>Existência de Estatuto da carreira Existência de estatuto remuneratório – - Alocação do subsídio de investigação. -Promoção de iniciativas de debates sobre problemas da sociedade, etc. Existências de actividades de investigação Participação em jornadas científicas e seminários - Projecto para implementar programas de formação do pessoal - Projectos para publicação de resultados de investigação, através de revista ou jornal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Deficit de investigadores; - Inexistência de infra-estruturas de investigação; - Inexistência de investigação nem protocolos com entidades externas; - Fraca formação dos funcionários para apoiar as actividades de investigação; -Inexistência de técnicos para suporte às actividades de investigação; - Os resultados científicos não são publicados por falta de meios técnicos; - Inexistência de financiamento para a actividade de investigação; - Falta de incentivo e apoio Institucional na publicação das obras de alguns docentes.
<p style="text-align: center;">Extensão</p>	<p>Existência de programas de articulação com empresas e com a comunidade - Participação em actividades no meio comunitário - Contactos com instituições estrangeiras, no sentido de obter apoios na implementação do curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa visibilidade dos programas de extensão universitária; - Falta de cooperação a nível nacional e internacional.
<p style="text-align: center;">Intercâmbio</p>	<p>- Existência de legislação - Cooperação com diversas escolas do ensino geral na Província de Cabinda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de promoção de mobilidade da comunidade (Docentes, investigadores, PTA e discentes); - Inexistência de estudantes estrangeiros; - Inexistência de docentes nacionais a lecionarem no estrangeiro; - Ausência de mobilidade de investigações científica.

<p style="text-align: center;">Infra-estruturas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Rede de internet - Gabinetes com computadores e seus acessórios - Salas de aulas com Ac e equipamentos básicos - Gabinetes com AC e equipamentos básicos - Existência de Gabinete de gestão e/ou garantia da qualidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Empréstimo de salas de aulas pelo IMEC; - Espaços insuficientes para albergar funcionários; - Inexistência de mecanismos e estruturas de articulação em rede; - Pouca/inexistente utilização das TIC's no suporte ao Ensino e funcionamento/gestão interna; - Capacidade física vs necessidades físicas (capacidade totalmente utilizadas); - Salas com capacidade inferior ao n.º de alunos por turmas, não existindo espaço para criar novas salas de aulas; - Infra-estruturas antigas; - Inexistência de lares para estudante - inexistência de Posto de socorro; - Inexistência de espaços desportivos e áreas de convívio emprestadas; - Inexistência de Máquina Fotocopiadora; - Inexistência de um sistema operacional de registo e catalogação de livros, revistas e leitores da biblioteca;
<p style="text-align: center;">Cumprimento da Legislação em vigor</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de diploma legais 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de diplomas legais com a nova realidade de autonomia do ISCED.

4. Plano de melhorias

Atendendo à análise dos resultados do estudo aditados aos objectivos e natureza da instituição, resulta da observação da CAA dos ISCED-Cabinda a indicação das vias de melhoria — implementando acções administrativas, políticas, pedagógicas, técnico-científicas — para o bom funcionamento desta IES.

Indicador Padrão/Critério de verificação	Fraqueza	Acção de melhoria	Responsável	Recursos necessários	Prioridade (Alta, Média, baixa)	Cronograma
						Prazo
1. Missão e Plano de Desenvolvimento	Desconhecimento da comunidade académica	Criação, Definição e Divulgação da Direcção Discussão com a Comunidade Académica	Conselho Geral Direcção Gestão Patrimonial	Humanos Materiais Financeiros	Alta	Quinquenal
2. Gestão	Ambiguidade do modelo de Gestão científico-administrativo	Precisão e definição do modelo de Gestão; Envolvimento da Comunidade Académica no modelo de Gestão; Melhoramento das condições de trabalho	Conselho Geral, Direcção, Departamento de Assuntos Académicos, Conselho Pedagógico, Gestão Patrimonial, Departamento de Ciências da Natureza e Exacta	Humanos Materiais Financeiros Legislação	Alta	Anual

3. Currículos	Desactualização dos currículos; Carência de uniformização nos padrões legais; Falta de apoio do DEI na potencialização formativa	Normalizar os currículos conforme as exigências formativas; Relevar o impacto social da formação; Estabelecer parcerias a nível local, nacional e internacional; Planificar e definir prioridades formativas	Conselho Pedagógico Departamento de Assuntos Académicos Secção de Ensino e Investigação em Matemática Docentes	Humanos Materiais Legais Financeiros	Alta	
4. Corpo docente	Fraco apoio do DEI na dinamização científica e investigativa da área	Qualificação permanente, Acompanhamento frequente dos estudantes / práticas pedagógicas, Dinamização de cursos de agregação, Formação contínua	Direcção Conselho Científico Área Científica Vice Pres. Área Académica Departamentos de Investigação	Humanos Financeiros Materiais	Alta	Mensal
5. Corpo discente	Desconjuntamento das informações e vida académica dos discentes	Melhorar a base de dados – informações académicas dos estudantes, Estimular o sector de apoio da vida estudantil, Melhorar as condições da Biblioteca, sala de Informática e laboratório	Direcção Vice Pres. Área Académica Departamento Associação dos Estudantes	Humanos, Financeiros Materiais	Alta	Mensal

6. Pessoal Técnico e Administrativo	Desauxílio técnico-científico do PTA do DEI	<p>Maior apoio do DEI ao PTA e estes para os Estudantes;</p> <p>Implementação de políticas formativas do PTA,</p> <p>Criação de regulamentos sobre direitos e deveres do PTA</p>	<p>Direcção Recursos Humanos</p> <p>Gestão Patrimonial DEI</p>	<p>Humanos</p> <p>Financeiros</p> <p>Materiais</p>	Alta	Bimensal
7. Investigação	Falta de apoio à Investigação	<p>Estimular e criar projectos de investigação,</p> <p>Investimento de acções de investigação,</p> <p>Divulgar e publicar trabalhos relevantes dos docentes e discentes,</p> <p>Criar revistas e boletins de publicação científica</p>	<p>Vice-presidência área Científica</p> <p>Conselho Científico</p> <p>Centro de Investigação Científica</p>	<p>Humanos</p> <p>Financeiros</p> <p>Materiais</p>	Alta	Trimestral
8. Extensão	Afrouxamento do DEI quanto ao seu objecto social	<p>Parcerias da Instituição com os diversos sectores sociais: Estabelecimentos de Ensino, Sector Económico-Social.</p> <p>Estender pela dinâmica dos docentes e discentes o papel e a missão do ISCED-Cabinda no que se refere à produção e investigação científica.</p>	<p>Direcção</p> <p>Vice-presidência área Científica</p> <p>Conselho Científico</p> <p>Dept. de Gestão da Qualidade</p>	<p>Humanos</p> <p>Financeiros</p> <p>Materiais</p>	Alta	Trimestral

9. Intercâmbio	Falta de apoio Institucional ao DEI	<p>Parcerias a nível nacional e internacional com outras IES / DEI</p> <p>Filiação de docentes e discentes com Centros de Investigação doutros contextos</p> <p>Diversificação de acordos inter e intra instituições a nível nacional e internacional</p> <p>Atrair estudantes e investigadores estrangeiros</p>	<p>Direcção</p> <p>Vice-Presidência área Científica</p> <p>Conselho Científico</p> <p>Dept. Gestão da Qualidade</p>	<p>Humanos</p> <p>Financeiros</p> <p>Materiais</p>	Alta	Anual
10. Infra-estrutura	Carência de Instalações próprias	<p>Persuadir as autoridades de direito para a construção e, ou concepção de estrutura física permanente moderna apetrechada</p>	<p>Direcção</p> <p>Conselho Geral</p> <p>Gestão Patrimonial</p>	<p>Humanos</p> <p>Financeiros</p> <p>Materiais</p>	Alta	Quinquenal
11. Cumprimento da legislação em vigor	<p>Informação deficiente</p> <p>Comunicação deficiente</p> <p>Invisibilidade da legislação</p>	<p>Intersecção com outros DEI e outras áreas,</p> <p>Actualização, publicitação da documentação,</p> <p>Criação e organização dos Arquivos</p> <p>Melhorar os canais de comunicação</p>	<p>Conselho Geral</p> <p>Direcção</p> <p>Recursos Humanos</p> <p>Dept. Gestão da Qualidade</p>	<p>Humanos</p> <p>Financeiros</p> <p>Materiais</p>	Alta	Mensal

5. Conclusão e recomendações

Conclusão

Existindo desde 1998, o ISCED-Cabinda é notabilizada no conjunto das IES na província como a Instituição que mais quadros, segundo os seus anais, forma. Os números falam por si, pois o curso de Ensino de Matemática que ministra é também bastante concorrido.

Conforme se referiu na introdução, o foco do objecto e da natureza do ISCED é a formação de professores. As Instituições do Ensino Geral estarão, por isso, bem servidas. A produção científica *iscediana* contribui para o desenvolvimento social das crianças, dos jovens e dos adultos.

Destarte, importa destacar, para preservar a valoração da qualidade da missão por que o ISCED-Cabinda existe desde a Legislação, particularmente do seu Estatuto Orgânico e do seu objecto social, que o Curso de Ensino de Ensino de Matemática seja arrojado de modos a formar profissionais competentes.

A qualidade do ISCED-Cabinda ocorrerá com a implementação exequível das dimensões e indicadores em referência no decurso deste estudo para com o Curso de Ensino de Ensino de Matemática.

Recomendações

Recomenda-se, pois, às autoridades de direito que se apoie o ISCED-Cabinda, dando-lhe os foros de instituição central que estimula a coesão da sociedade, capacita profissionais e educa cidadãos, privilegiando e estimulando a investigação científico-pedagógico do Ensino de Matemática.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Graça S., «Literacia científica: conceitos e dimensões» *in* Azevedo, F. e Sardinha, M.G., *Modelos e práticas em literacia*. Lisboa: Lidel, 2009.

Decreto Executivo n.º 108-20, de 09 de Março-Regulamento sobre a Auto-Avaliação das IES.

DECRETO EXECUTIVO N.º 109-20, DE 10 DE MARÇO- Regulamento sobre o processo de avaliação externa e a acreditação das IES e cursos.

DECRETO PRESIDENCIAL N.º 203/18, de 30 de Agosto - Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação de IES.

DECRETO PRESIDENCIAL N.º 310/20, de 7 de Dezembro - Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior.

Guião de Auto-Avaliação de Instituições de Ensino Superior, Curso e/ou Programas, Luanda: INAAREES, 2022.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade, *Fundamentos de metodologia científica*, São Paulo, Atlas, 2003.

LEI N.º 32-20, de 12 de Agosto -Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino altera a LEI N.º 17-16, de 7 de Outubro.

Manual de Avaliação Externa de Cursos e/ou Programas, Luanda:INAAREES, 2022.

WITTGENSTEIN, Ludwig, *Cultura e Valor*, Lisboa: Edições 70, 1999.

APÊNDICES

Apêndice nº. 1. Extracto do Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda, artº. Nº. 5, atribuições:

- a) Organizar e ministrar cursos conducentes à atribuição dos graus e títulos académicos de licenciatura, mestrado e doutoramento, bem como outros cursos não conferentes de grau nos termos da lei;
- b) Criar um ambiente propício aos processos de ensino e aprendizagem;
- c) Realizar actividades de ensino extra-curriculares e de formação profissional;
- d) Realizar investigação científica que inclua actividades de desenvolvimento tecnológico e de apoio à inovação, à difusão e transferência do conhecimento científico e tecnológico;
- e) Realizar a extensão universitária, numa perspectiva de prestação de serviço à comunidade, de valorização recíproca e de apoio ao desenvolvimento;
- f) Conservar e valorizar o seu património científico, cultural, artístico e material;
- g) Contribuir para a elevação do padrão do ensino ministrado, visando uma formação sólida e altamente qualificada dos quadros nos domínios técnico, científico, cultural e humanístico;
- h) Realizar a cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras e demais instituições vocacionadas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia;
- i) Contribuir, no âmbito da sua actividade, para a cooperação internacional e aproximação entre os povos;
- j) Assegurar a formação humana, cultural, artística, profissional, científica e técnica do corpo discente;
- k) Atribuir graus e títulos académicos;
- l) Atribuir certificados e diplomas;
- m) Atribuir graus e títulos honoríficos;
- n) Conceder equivalência de estudos para a transferência académica por integração curricular de candidatos proveniente de outras IES do país e do exterior;
- o) Promover a mobilidade académica dos docentes, investigadores, técnicos administrativos e discentes, aos níveis nacional e internacional;
- p) Garantir a observância da liberdade académica, criação científica, cultural e tecnológica;
- q) Contribuir para a promoção e o desenvolvimento do Ensino Superior no País, numa perspectiva de desenvolvimento integral do homem;
- r) Formar professores e outros profissionais da educação indispensáveis ao desenvolvimento do País, mediante uma instrução académica, que contemple os aspectos científicos, profissionais, éticos e cívicos;
- s) Fomentar a integração plena na comunidade angolana. Mediante a realização de estudos sobre o contexto educativo provincial e nacional, visando preservar a cultural e a identidade angolana;
- t) Promover o espírito empreendedor na estruturação dos planos curriculares na formação por si ministrada;

- u) Contemplar a inserção dos seus Diplomados no mercado de trabalho;
- v) Criar um fundo destinado à captação de recursos que contribuam para o desenvolvimento da Instituição, nos termos da lei;
- w) Criar incubadoras de empresas, em domínios respeitantes à sua actuação;
- x) Efectivar a colaboração intersectorial e multidisciplinar na definição das acções de formação graduada, pós-graduada, de investigação científica e de extensão universitária;
- y) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

Apêndice nº. 2. Recomendações à luz das Evidências do ISCED-Cabinda / Melhoramento dos Cursos Ministrados

- Ter instalações próprias, atendendo em especial — Infra-estruturas:
 - Salas para os professores;
 - Salas de reuniões;
 - Gabinetes de apoio aos Investigadores;
 - Centros de Investigação Departamentais / Cursos;
 - Anfiteatro;
 - Espaço lúdico;
 - Laboratórios.
- Demonstrar com clareza o modelo de Gestão e as Políticas Educacionais da Instituição:
 - Envolver a comunidade académica;
- Expressar com clareza o perfil de formação de cada curso.
- Disponibilizar e divulgar os Currículos e Programas dos Cursos ministrados na Instituição nas diversas plataformas.
- Interdepende os Departamentos, as Secções de Investigação e de Apoio e os outros serviços Administrativos:
 - Melhorar a comunicação interna Departamental e entre as Secções;
 - Seminariar, formar e capacitar regularmente os funcionários administrativos no que respeita ao apoio dos estudantes e sobre os ditames dos Cursos;
- Enobrecer os Departamentos de Apoio: Gestão da Qualidade e Humanos e Acção Social:
 - Potenciar o pessoal para as obrigações responsabilidades destes sectores quanto à visibilidade científica e académica da Instituição nos respectivos Cursos;
 - Publicitar e divulgar a legislação, a documentação e de outros instrumentos dos diferentes Cursos e de interesse Institucional;
 - Organizar os Arquivos das diversas áreas e serviços da Instituição, fundamentalmente dos Departamentos e Secções de Investigação;
 - Informar a comunidade sobre a vida académica a nível nacional e internacional, concretamente das inovações dos Cursos ministrados.
- Estimular a investigação e as boas práticas académico-educacionais dos docentes e discentes do Curso de Ensino de Matemática — responsabilidades da Vice-Presidência para a área Científica, dos Departamentos Ciências de Natureza e Exactas e Gestão da Qualidade;
 - Dinamizar colóquios, fóruns de reflexão, mesas-redondas, conferências;

- Conceber uma revista para as publicações académicas.
- Resplandecer, arrojar e organizar a Biblioteca: (catalogação) e formação dos bibliotecários (biblioteconomia).
- Robustecer as parcerias Institucionais:
 - Extensão universitária;
 - Intercâmbio
 - Convénios com os Estabelecimentos de Ensino locais.
- Apetrechar a sala de informática para o estudo e investigação dos estudantes;
- Criar, caso haja regulamentação legal, um canal de denúncias institucional, salvaguardando o sigilo, o anonimato e a confidencialidade.